

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES  
CURSO DE PEDAGOGIA

**ANPEd Presente na Quarentena: análise das *lives* e suas  
contribuições para o campo da educação**

GOIÂNIA  
2021

LÍDIA SILVEIRA SANTOS

**ANPEd**

**Presente na Quarentena: análise das *lives* e suas contribuições para o campo da educação**

Monografia elaborada para fins de avaliação do Curso de Pedagogia da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, para obtenção do título de pedagogo, no primeiro semestre de 2021.

**Professora Orientadora:** Dra. Cláudia Valente Cavalcante

GOIÂNIA  
2021

LÍDIA SILVEIRA SANTOS

ANPEd Presente na Quarentena: análise das *lives* e suas contribuições para o campo da educação

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Católica de Goiás, como parte dos requisitos para a obtenção da graduação.

**Professora Orientadora:** Dra. Cláudia Valente Cavalcante



Assinatura

aprovado  
 reprovado

**Professora Convidada:** Dra. Daniella Couto Lôbo



Assinatura

aprovado  
 reprovado

GOIÂNIA  
2021

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho ao Eterno que sempre me conduz em graça e amor sustentando minha vida com a força do alto, a minha família em especial a minha mãe que muito me ajudou nessa caminhada da graduação mesmo com muitas dificuldades foi a que deu impulso para esse sonho, aos meus irmãos, a minha sobrinha Antonella que é tão especial na minha vida. Não posso me esquecer de pessoas que foram combustíveis nessa trajetória da graduação, as minhas amigas Maria Elisa, Luana Leles, Brennda Dominiky e Natalia Belgia que muito incentivaram em momentos de incertezas e dificuldades. As minhas colegas de sala que levarei para vida, Larissa gomes, Karen Silva, Janaina Quirino e karolayne Dias, grata por terem vocês nessa caminhada em que partilhamos de muitos desafios, alegrias e crescimento.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos professores que muito contribuíram com a minha formação não somente acadêmica, mas como na formação humana com os quais marcaram minha vida, aos colegas de trabalho da área da educação com quem também muito aprendi e acrescentaram na minha vida. Agradeço a minha orientadora Cláudia Valente que acreditou na possibilidade do desenvolvimento desse trabalho por ser tão atual e pelos desafios que nos permitem crescer.

## RESUMO

Lídia Silveira Santos<sup>1</sup>

Cláudia Valente Cavalcante<sup>2</sup>

Esta monografia, de cunho bibliográfico e documental, tem como objetivo analisar as discussões das *lives* realizadas entre março e dezembro de 2020 pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) em relação à educação durante a pandemia do novo Coronavírus. O recorte temporal deu-se em razão do Decreto Estadual nº 9.633 de 13 de março de 2020, quando foi declarado o estado de isolamento social, a partir da orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS). O texto apresenta uma discussão do papel da educação e como este foi resignificado na pandemia e traz as análises das *lives* do Programa *ANPEd Presente na Quarentena*, disponibilizado no Canal do *Youtube*. Como resultado, foram encontrados 16 vídeos e categorizados em 8 temáticas. Os resultados apontam que os problemas enfrentados pelo sistema de ensino e a comunidade escolar perpassam por questões estruturais, emergenciais e do contexto político atual. Conclui-se que os temas abordados a partir de uma perspectiva crítica e propositiva pelos palestrantes contribuem para o processo formativo e informativo tanto da comunidade acadêmica quanto da sociedade, reafirmando o compromisso e o papel político da ANPEd.

**Palavras-chave:** *ANPEd Presente na Quarentena*; Educação; *Lives*; Pandemia

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás).

<sup>2</sup> Professora Doutora da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). [clavalente@pucgoias.edu.br](mailto:clavalente@pucgoias.edu.br)

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>1.0 SENTIDO DA EDUCAÇÃO E A RECONFIGURAÇÃO DA ESCOLA EM TEMPOS DE PANDEMIA.....</b>	<b>12</b>
1.1 Educação: conceitos, marcos legais e sentidos político, social e cultural.....	12
1.2 Reconfiguração da educação escolar em tempo de pandemia: reprodução das desigualdades escolares e sociais.....	19
<b>2. O PAPEL DA ANPED NACIONAL COMO ESPAÇO POLÍTICO, DE RESISTÊNCIA E DE CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO: DISCUSSÕES EM TEMPOS DE PANDEMIA.....</b>	<b>30</b>
2.1 ANPEd: espaço formativo de pesquisa, de resistência e proposições.....	30
2.2 Velhos dilemas com novas roupagens: a educação em tempos de pandemia na ANPEd Presente na Quarentena.....	32
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>50</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>52</b>

## INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é analisar as discussões das *lives*, realizadas entre março e dezembro de 2020, pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) em relação à educação em tempos de pandemia. O recorte temporal deu-se em razão Decreto Estadual nº 9.633 de 13 de março de 2020, quando foi decretado o estado de isolamento social, orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS) por conta da Pandemia do Novo Coronavírus. Em decorrência dessa medida, os estabelecimentos de ensino, assim como outros segmentos, foram fechados por tempo indeterminado. Face a essa realidade, diversas entidades e universidades dedicaram-se a problematizar e debater as questões sobre a relação entre educação, a pandemia, o isolamento social, as questões legais do direito à educação, as formas de oferta de ensino não presencial e, sobretudo, os efeitos a curto, a médio e a longo prazo para a educação, para a comunidade escolar e para o processo de ensino e aprendizagem.

O contexto que precede a pandemia remonta em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na China, quando foi descoberta a existência de um vírus transmissor, o Coronavírus (COVID-19)/ *Sarcov II*, cuja procedência ainda é tema de debate entre os cientistas, mas sabe-se que tem um poder de transmissão, sintomas e letalidade graves. Segundo a literatura científica, o vírus é transmitido através do contato próximo com uma pessoa infectada, através das vias aéreas essencialmente. Atualmente, segundo a Organização Mundial da Saúde<sup>3</sup>, 3 899 172 mortes (dado coletado em 24 de junho de 2021) da população mundial. E, no Brasil, são 507.109 mil mortes muito por conta de uma política governamental negacionista, contra a Ciência e as medidas protetivas de orientação da OMS, como o uso da máscara, o distanciamento social, a higienização das mãos, entre outras.

No campo educacional, esse cenário trouxe mudanças estruturais significativas para a educação mundial devido à suspensão das aulas

---

<sup>3</sup> Dados disponíveis na plataforma da Organização Mundial da Saúde em < <https://www.who.int/data>>. Acesso em 25 jun. 2021.

presenciais e a migração para o ensino remoto e outras formas de ensino não presencial. Estas mudanças revelaram fragilidades, escancararam e acentuaram as desigualdades sociais e escolares já existentes no país. Muitas escolas, famílias, professores não tinham, e podemos dizer, ainda não têm condições mínimas para desenvolver um trabalho de qualidade social em razão da escassez de recursos materiais mínimos para o acesso às tecnologias digitais que medeiam o processo de ensino e aprendizagem de forma remota.

Por essas razões realizar uma pesquisa que trata da educação em tempos de pandemia, suas problemáticas, seus limites e seus desafios debatidos no âmbito da ANPEd é muito pertinente uma vez que esta associação é um espaço de discussão, problematização de cunho acadêmico, mas político e social que investiga as questões atuais da educação brasileira, portanto um espaço de resistência mas propositivo.

A ANPEd, constituída em 16 de março de 1978, tem como objetivo a investigação e estudos na área da educação, sendo formada por grupos de professores, estudantes vinculados a Pós-Graduação e pesquisadores da área. É uma organização sem fins lucrativos, que visa a participação democrática e a liberdade social, com debates sobre as políticas educacionais do país e países de fora, enfatizando o foco na Pós-graduação.

Quando foi declarado o estado pandêmico e as escolas foram fechadas, a ANPEd Nacional iniciou em março de 2020 uma série de *lives*<sup>4</sup> com participação de pesquisadores, professores e a comunidade escolar para debater e informar a população acadêmica os desafios enfrentados pela educação neste tempo. Tratando-se de uma entidade que se posiciona criticamente aos fenômenos sociais, achamos pertinente mapear e analisar os debates que ocorreram neste espaço e neste tempo no âmbito da pós-graduação como tema da monografia a fim de aproximar os estudantes de graduação, sobretudo, da Pedagogia, à esta associação.

Nesta perspectiva, o objeto de estudo deste trabalho são as *lives* transmitidas pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), entre março de 2020 e dezembro de 2020 no Canal do

---

<sup>4</sup> são discussões, mesas redondas, palestras de forma remota e transmitidas em tempo real em um canal em plataforma digital e que posteriormente pode ser acessada de forma gratuita pelos internautas

*Youtube*<sup>5</sup>, buscando compreender o sentido político, social, cultural e pedagógico e os desafios postos à educação em tempos de pandemia. Neste período foram realizadas x transmissões as quais passaram por um processo de transcrição, categorização e análise do conteúdo destas *lives*. Foram encontradas x temáticas e estas foram organizadas por blocos temáticos a fim de interpretar os pontos de vista dos palestrantes e os posicionamentos frente à educação na pandemia.

Ainda sobre os aspectos metodológicos, foram realizadas pesquisa bibliográfica de autores que discutem a Educação (BRANDÃO, 2007) e a Educação em tempos de pandemia (PEIXOTO, 2020) ; pesquisa documental com o mapeamento das *lives* no site da ANPEd<sup>6</sup> Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo descritiva e analítica. Segundo Gil (2008), as pesquisas bibliográfica e documental se assemelham, pois, seus recursos são abrangentes, o que as diferencia é que as pesquisas bibliográficas são realizadas em geral no formato de escrita, como artigos, livros, sites que são produzidos por autores e a pesquisa documental em registros por meio de jornais, vídeos, cartas, filmes, fotografias etc. (Gil, 2008, p. 51). E para o tratamento dos dados, utilizado análise de conteúdo (BARDIN).

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e que de acordo com Minayo (2006), é um tipo de pesquisa que trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças dos valores e das atitudes. Através deste conjunto humano entende-se como parte da realidade social. O ser humano se distingue não só por agir, mas pela forma de pensar sobre o que fazer e por interpretar suas ações dentro dessa realidade. (MINAYO, 2006)

Em tem-se como questão norteadora: Quais foram as contribuições no campo do debate acadêmico sobre a relação entre educação e pandemia durante o período de março de 2020 a novembro de 2020 pelo programa *ANPEd Presente na Quarentena*, transmitido pelo Canal da ANPEd no Youtube durante o primeiro ano da pandemia? Os dados da pesquisa bibliográfica e documental foram organizados em dois capítulos.

---

<sup>5</sup> “**ouTube** é uma plataforma de [compartilhamento de vídeos](#) com sede em [San Bruno, Califórnia](#). O serviço foi criado por três ex-funcionários do [PayPal](#) - [Chad Hurley](#), [Steve Chen](#) e [Jawed Karim](#) - em fevereiro de 2005. A [Google](#) comprou o site em novembro de 2006 por US\$ 1,65 bilhão; desde então o YouTube funciona como uma das [subsidiárias](#) da Google”. ( fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/YouTube>)

<sup>6</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=K3OI5q2k5H4>

O primeiro aborda o conceito de educação bem como os marcos legais que norteiam a educação em seus sentidos políticos, social e cultural. E a reconfiguração da educação escolar em tempos de pandemia, ressaltando como as desigualdades sociais e escolares se evidenciaram nesse tempo de isolamento social.

O segundo apresenta um breve histórico da ANPEd Nacional e a análise das discussões das *lives* que ocorreram entre março de 2020 e novembro de 2020. E por fim, as considerações finais com sínteses, reflexões e proposições.

## **1. SENTIDO DA EDUCAÇÃO E A RECONFIGURAÇÃO DA ESCOLA EM TEMPOS DE PANDEMIA**

Este capítulo tem como objetivo compreender o sentido legal, político, social, cultural e pedagógico da educação. Apresenta uma discussão sobre a educação à luz da legislação brasileira, na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº 9394/96 e outras normativas. E por fim, problematiza os efeitos da pandemia na educação brasileira, sobretudo, na escola.

### **1.1 Educação: conceitos, marcos legais e sentidos político, social e cultural**

Quando pensamos em educação, muitas vezes, nos limitamos a pensar que ela se dá apenas em espaços escolares, em conteúdos planejados ou métodos pedagógicos a serem seguidos. A educação é realizada no cotidiano, nas trocas de relações, na cultura em que estamos inseridos, nas tradições, religiões, no contexto social em que vivemos ocorre de distintas formas e, tampouco, ela é um modelo universal e único. Dessa forma não existe educação e sim “educações”.

O indivíduo não aprende apenas com o professor em sala de aula, mas, também, com sua família e sua comunidade por meio das relações e costumes de um povo; em rituais ou crenças assim como no modo da produção de trabalho. Todas essas práticas se dão na aprendizagem e estão sendo transmitidas a quem está inserido nelas, isso também é educação.

A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam. e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam-e-aprendem, o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar - às vezes a ocultar, às vezes a inculcar - de geração em geração, a necessidade da existência de sua ordem. (BRANDÃO, 2007, p. 04)

Um exemplo disso é a chegada dos colonizadores portugueses ao

Brasil, em 1500, ao supor que os indígenas não eram pessoas educadas por não possuírem uma educação formal. As práticas educacionais dos jesuítas não serviam para lidar com o modo de vida dos indígenas para sua sobrevivência. Era necessário considerar que dentro daquela comunidade haviam regras, rituais e tradições constituídas pelo e entre o grupo.

O que precisamos entender é que há vários meios de se educar e de perceber a educação. Há saberes diferentes que são passados de geração a geração. Meios distintos em que cada um ensina e aprende; não se pode descartar essas várias vertentes da educação que estão imbricadas em cada cultura e não somente dentro das instituições de ensino ou no modo estruturado para transmitir um conhecimento.

Porém a intenção dos colonizadores era de fazer com que os indígenas acreditassem em seu modo de educar visando dominá-los e escravizá-los. A educação neste momento é apresentada como modo de produção de trabalho para o benefício de quem está no poder.

Por isso mesmo - e os índios sabiam - a educação do colonizador, que contém o saber de seu modo de vida e ajuda a confirmar a aparente legalidade de seus atos de domínio, na verdade não serve para ser a educação do colonizado. Não serve e existe contra uma educação que ele, não obstante dominado, também possui como um dos seus recursos, em seu mundo, dentro de sua cultura. (BRANDÃO, 2007, p.04)

Nesse cenário percebemos que não foi apreciada, aceita ou ainda valorizada a cultura, bem como as práticas educacionais indígenas, sendo que o interesse estava somente na utilização da educação como forma de dominação. Visava-se o descarte dos saberes, das crenças, da bagagem cultural vivenciada entre os que ali viviam. A educação é livre e, ao mesmo tempo, não se desvincula da sociedade e está em todos os âmbitos sociais.

A educação não deve ser objeto de opressão e nem se pode afirmar que somente os privilegiados são passíveis de serem compreendidos como pessoas educadas, visto que há diferentes tipos de educação e que estas se dão de diferentes aspectos. As divisões sociais criam desigualdades que nos levam a acreditar que a educação é direito somente de alguns, porém ela é direito de todos. O que percebemos é uma dualidade na educação que forma sujeitos de diferentes classes sociais de forma desigual, evidenciando uma

educação para a formação integral para os favorecidos economicamente e culturalmente e uma formação para o trabalho para os desfavorecidos com menor poder econômico e cultural.

Assim, nas categorias de classes sociais existe uma divisão no meio de trabalho, que também se estabelece em diferentes tipos de educação a qual os indivíduos possuem acesso. No que se refere à formação escolar, a classe trabalhadora não possui os mesmos privilégios que a classes mais favorecidas, de recursos sociais, econômicos, culturais, etc.. Com essa divisão surgem as desigualdades, dicotomizando a educação, que passa a ter a intencionalidade para alguns visando atendimento à mão de obra trabalhadora, e a outros o status ou acúmulo de riquezas. Logo os que são dominados tendem a se alienar, reproduzindo sua produção de trabalho, e impossibilitando a probabilidade de crescimento, ou emancipação de sua condição, visto que suas condições materiais não proporcionam o mesmo que um ensino de qualidade poderia beneficiar para sua transformação.

Com efeito a classe social a classe dominante retém os meios de produção material como também os meios de produção cultural e da sua difusão, tendendo a colocá-la a serviço dos seus interesses. Assim a educação que os trabalhadores recebem visa principalmente prepará-los para o trabalho físico, para as atitudes conformistas, devendo contentar-se com uma escolarização deficiente. Além disso, a minoria dominante dispõe de meios de difundir a sua própria concepção de mundo (ideias, valores, práticas sobre a vida, o trabalho, as relações humanas etc.) para justificar, ao seu modo, sistema de relações sociais que caracteriza a sociedade capitalista. (LIBANEO, 1994. p. 20)

Por não haver um modelo único de se educar, mas por ser amplo e por ocorrer em um fenômeno social, dentro dessas diversas vertentes de educação há duas modalidades que caracterizam o meio de se educar, sendo elas: a intencional e não intencional. O meio das relações humanas sendo elas familiares ou não, o convívio, as trocas de experiências, as interações ali estabelecidas são práticas educacionais que não são intencionais, sendo elas naturais do nosso cotidiano, ou seja, não é formal. Diferentemente da educação intencional que se dá nos campos da educação sistematizada, seja por escolas, instituições privadas ou não, com intuito de formação do indivíduo na transmissão de ensinamentos, conteúdos planejados para tais fins. Essa prepara os indivíduos para uma formação tendo um objetivo, uma finalidade, no que

podemos chamar de educação formal.

Podemos falar da educação não formal quando se trata de atividade educativa estruturada fora do sistema escolar convencional (como é o caso de movimentos sociais organizados, dos meios de comunicação de massa etc.) e da educação formal que se realiza nas escolas ou outras agências de instrução e educação (igrejas, sindicatos, partidos, empresas) implicando ações de ensino com objetivos pedagógicos explícitos, sistematização, procedimentos didáticos. (LIBANEO, 1992. p.20)

Tratando-se da educação escolar, os marcos legais são documentos que asseguram direitos a educação básica nas escolas públicas, sendo um direito de todos. Esses artigos nomeados visam a permanência dos alunos na escola e sua formação integral.

Os marcos legais que referenciam a educação básica são:

A Constituição Federal de 1988, o Art. 6º e o Art. 205 referem-se à educação enquanto direito de todos e dever do Estado:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (EC no 26/2000, EC no 64/2010 e EC no 90/2015)

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, Art. 205.)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/96 – prevê a ampliação progressiva da jornada escolar do ensino fundamental para o regime de tempo integral especificamente nos artigos 34 e 87.

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola. § 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei. § 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei. § 1º A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu Capítulo V, artigo 53, complementa a proposição de obrigatoriedade do acesso e da permanência na escola.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – direito de ser respeitado por seus educadores; III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV – direito de organização e participação em entidades estudantis; V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente discorre, no Artigo 53, a criança e o adolescente como um sujeito que possui direitos na sociedade e que dela pode ter espaço na sociedade, sua permanência na instituição escolar com direito que seja também próximo a sua residência.

A Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), aponta a Educação Integral como possibilidade de formação integral da pessoa, avançando para além do texto da LDB, ao apresentar a educação em tempo integral como objetivo do Ensino Fundamental e da Educação Infantil. Além disso, propõe como meta a ampliação progressiva da jornada escolar para um período letivo de, pelo menos, 7 horas diárias.

Art. 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Educação, constante do documento anexo, com duração de dez anos.

Art. 2º A partir da vigência desta Lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no Plano Nacional de Educação, elaborar planos decenais correspondentes.

Art. 3º A União, em articulação com os Estados, o Distrito Federal, os municípios e a sociedade civil, procederá a avaliações periódicas da implementação do Plano Nacional de Educação.

§ 1º O Poder Legislativo, por intermédio das Comissões de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados e da Comissão de Educação do Senado Federal, acompanhará a execução do Plano Nacional de Educação.

§ 2º A primeira avaliação realizar-se-á no quarto ano de vigência desta Lei, cabendo ao Congresso Nacional aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas à correção de deficiências e distorções.

Art. 4º A União instituirá o Sistema Nacional de Avaliação e estabelecerá os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas constantes do Plano Nacional de Educação.

Art. 5º Os planos plurianuais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão elaborados de modo a dar suporte às metas constantes do Plano Nacional de Educação e dos respectivos planos decenais.

Art. 6º Os Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios empenhar-se-ão na divulgação deste Plano e da progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 6º-A. É instituído o 'Dia do Plano Nacional de Educação', a ser comemorado, anualmente, em 12 de dezembro. (Incluído pela Lei nº 12.102, de 2009)

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

A Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007 institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades socioeducativas no contraturno escolar.

Art. 1º Instituir o Programa Mais Educação, com o objetivo de contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos. Parágrafo único. O programa será implementado por meio do apoio à realização, em escolas e outros espaços sócio-culturais, de ações sócio-educativas no contraturno escolar, incluindo os campos da educação, artes, cultura, esporte, lazer, mobilizando-os para a melhoria do desempenho educacional, ao cultivo de relações entre professores, alunos e suas comunidades, à garantia da proteção social da assistência social e à formação para a cidadania, incluindo perspectivas temáticas dos direitos humanos, consciência ambiental, novas tecnologias, comunicação social, saúde e consciência corporal, segurança alimentar e nutricional, convivência e democracia, compartilhamento comunitário e dinâmicas de redes.

O Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010 dispõe sobre o Programa Mais Educação, destacando no Art. 1º a finalidade de contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública, mediante

oferta de educação básica em tempo integral.

Art. 1º O Programa Mais Educação tem por finalidade contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública, mediante oferta de educação básica em tempo integral.

A Lei nº 13.005, o Plano Nacional de Educação, de 25 junho de 2014, em sua Meta 6 trata da oferta da educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

O sistema jurídico educacional, pautado nas leis e nas políticas educacionais, assegura a todo nacional e internacional o acesso e o direito à educação formal de forma a garantir políticas públicas para que tal direito seja efetivado. No entanto, as desigualdades sociais pesam sobremaneira no acesso e na garantia de permanência e qualidade social da educação formal. Entre o proclamado e o instituído há um hiato social e cultural que reflete a distribuição desigual dos bens sociais entre os grupos sociais.

Como já foi dito, as práticas educativas se dão de várias maneiras, mas quando se refere ao ensino, trata-se da educação composta por práticas pedagógicas elaboradas para o percurso da formação de alunos, no processo da aprendizagem de disciplinas que abrangem vários campos da ciência, para o desenvolvimento social, cognitivo, emocional, estético, enfim, integral. Não somente isso, mais também prepará-los para serem cidadãos que pensam, que tenham capacidades de fazer uma leitura do mundo, possuindo sua opinião e criticidade.

A educação escolar constitui-se em um sistema de instituições de ensino com propósitos intencionais, práticas sistematizadas e alto grau de organização, ligada intimamente às demais práticas sociais. Pela educação democratizam-se os conhecimentos, sendo que, através da escola que os trabalhadores continuam tendo oportunidade de prover escolarização formal aos seus filhos,

adquirindo conhecimentos científicos e formando a capacidade de pensar criticamente os problemas e desafios postos pelas suas realidades sociais. (LIBANEO, 1992. p. 23).

As práticas de ensino escolar são realizadas em ambientes próprios, destinados aos alunos, tendo uma carga horária mínima de permanência dentro do espaço escolar, sejam elas em instituições privadas ou não. A organização da educação formal, seja básica ou superior, bem como suas modalidades, está prevista na LDB tanto em termos de oferta e qual unidade do Estado está a cargo da sua oferta e fiscalização com currículos e carga-horária pré-definidos a fim de garantir uma certa unidade no território nacional.

No entanto, com o advento da Pandemia do novo Coronavírus, em março de 2020, a estrutura e sua oferta de forma presencial bem como as práticas educativas e didática foram suspensas de forma a atender ao pedido emergencial pela Organização Mundial da Saúde e por decretos estaduais a proteger a sociedade de contaminação por meio do isolamento e distanciamento social. Sobre esta reconfiguração no campo escolar é que será tratado no próximo subtítulo.

## **1.2 Reconfiguração da educação escolar em tempo de pandemia: reprodução das desigualdades escolares e sociais**

Para Libâneo (2019), o espaço escolar deve ser um ambiente de formação humana, de sujeitos pensantes e críticos que juntamente com o professor constroem os seus conhecimentos, e não se limitam nas realizações de conteúdos impostos em uma concepção de reprodução.

Segundo o autor, as escolas já recebem documentos, leis e normas a serem efetuadas, muitas vezes, estabelecidas sem nenhum diálogo com as realidades das diferentes regiões do país, ou mesmo das condições materiais de cada instituição.

Assim, levantamos os seguintes questionamentos: para que serve a escola? Ou ainda nos perguntamos se o processo educacional contribui para a formação humana dos sujeitos ou se é apenas um meio para atender as demandas do mercado?

Sobre isso, a legislação educacional brasileira aponta que é tanto para a formação humana quanto para o mercado de trabalho; que é direito social, é dever do estado ofertar e da família a obrigatoriedade de matricular seus filhos entre 4 e 17 anos de idade na escola. No entanto, há uma certa predominância de um modelo neoliberal de educação que visa preparação para o mercado que sobrepõe ao modelo humanístico de educação e isso sobretudo quando se trata das distintas classes sociais.

A educação desde os anos de 1980 tem sofrido influência de um modelo internacional neoliberalista que visa a economia tornando a educação como uma mercadoria. Por detrás das estruturas educacionais muitas vezes impostas pelos governos, ou donos de grandes empresas, que nem mesmo possuem ligação direta com a educação escolar atuam interferindo nas tomadas de decisões e elaborações de documentos e leis que norteiam a atuação dos professores em sala no espaço escolar. (LIBÂNEO, 2019)

Como consequência, a relação professor e aluno fica limitada a transmissão de conteúdo e reprodução de conteúdo, com a finalidade de atender ao mercado. E dentro dessas disputas de poder há uma hegemonização ideológica que prioriza a economia, que vendem a ideia de que o crescimento do capitalismo é o ideal e a saída para uma vida que propicia melhores condições de vida (LIBÂNEO, 2019, p. 06).

O ser humano é visto como o recurso mais importante a ser considerado tanto como objeto de exploração quanto Como sujeito que demanda e consome, portanto, suscetível de ingressar no mercado. “Em síntese, o desenvolvimento humano é a miragem com a qual se pretende impulsionar as novas realocações da política global em que o mercado opera como o ordenador econômico por excelência e a produtividade do indivíduo se constitui como o propósito central dessa estratégia (BOOM, 2004, p. 220).

E como abordar os diferentes saberes em um espaço escolar que preza apenas a transmissão de conhecimentos sem serem refletidos e dialogados? Como apresentar as diferentes culturas com modelos de educação padronizadas que trazem interferência no trabalho pedagógico no processo do ensino e aprendizagem? E ainda, como avaliar os processos formativos dos alunos a partir de avaliações padronizadas sem levar em consideração as desigualdades sociais e culturais presentes no nosso país?

O autor ainda relata uma descentralização do ensino, uma vez que a educação escolar não tem que ser algo que atenda aos que estão no poder, tornando uma educação por resultados, de mostrar as classes pobres que a educação pode ser o caminho promissor para a modernidade, gerando mais desigualdades sociais.

O currículo instrumental ou de resultados imediatos nega a validade do conhecimento científico, à formação cultural e ao desenvolvimento dos processos psíquicos superiores. Assentado apenas em competências e habilidades dissociadas de conteúdos significativos, não propicia os meios de desenvolver processos de pensamento que impulsionem a reflexividade e a criticidade. Numa escola em que os professores ocupam o tempo das aulas para preparar os alunos para responder testes não há lugar para um professor que organiza e orienta, passo a passo, a aprendizagem dos alunos para ajudá-los a pensar e atuar com conceitos e desenvolver sua personalidade.

Segundo Libâneo (2019), nos últimos vinte anos, aponta quatro visões de finalidades educativas sendo elas: visão da pedagogia tradicional, visão neoliberal, visão sociológica /intercultural e visão dialética histórico cultural.

A visão da pedagogia tradicional firma-se na ideia de preservação de tradições e costumes, em que o professor é aquele que é o transmissor do conhecimento, baseados em uma visão bem conservadora e religiosa, onde se coloca regras e normas a serem seguidas segundo um modelo de hierarquia.

A visão neoliberal coloca a educação como um escape a uma condição de vida melhor onde sua formação escolar o levará a obter um bom emprego, ela tem o objetivo de potencializar as habilidades humanas em função da economia de atender ao mercado de trabalho e que a classe dominante usufrui dos lucros pelas classes desfavorecidas, é uma educação para o mercado de trabalho.

A visão sociológica / intercultural e o currículo sociocultural é uma visão que tende a desenvolver as aprendizagens de uma forma mais ampla levando em considerações as múltiplas culturas, que dão espaço e voz a elas, a interiorização das experiências socioculturais e trazendo o fortalecimento das desigualdades sociais através da aceitação as diversidades culturais.

A visão dialética histórico-cultural e o currículo de formação cultural científica, baseada na teoria de Vygotsky, que valoriza as interações, as trocas

de experiências, onde um aprende com o outro e também através da mediação. Essa visão enfatiza a democracia, a luta pelas desigualdades sociais presentes na sociedade que interferem diretamente na educação.

Para que haja um rompimento com a ideia de uma educação neoliberalista faz-se necessário uma visão como as duas últimas que priorizam a escola pública e não vê a educação como uma mercadoria na ideia de uma formação de sujeitos somente para a empregabilidade, mas de sujeitos críticos e pensantes e reconhecem as diferenças sociais, as outras culturas e não se alienam apenas a um saber.

A aprendizagem escolar, portanto, deve ser um fator de ampliação das capacidades dos alunos de promover mudanças, em si e nas condições objetivas em que vivem, fundamentando-se na ética da justiça social. Para isso, trata-se de articular a formação cultural e científica com as práticas socioculturais (diferenças, valores, redes de conhecimento, etc.) de modo a promover interfaces pedagógico-didáticas entre o conhecimento teórico-científico e as formas de conhecimento local e cotidiano. (LIBÂNEO, 2019, P.22)

Os sistema de ensino brasileiro, por meio das suas políticas que são disputadas pelos interesses neoliberais expressos pelas finalidades educativas dominantes que reforçam as desigualdades sociais, as desigualdades escolares e acentuam as diferenças sociais e culturais, foi afetado por um evento inusitado na história brasileira, a pandemia do novo Coronavírus que alterou a lógica espacial da escola no modo de oferta do ensino, que passou a ser remoto.

De forma inesperada e urgente, o mundo viu-se diante da pandemia causada pela COVID-19, o novo Coronavírus, que se trata de um vírus transmitido predominantemente por via aérea entre pessoas. As informações que existem até o presente momento, revelam que os primeiros casos registrados da doença ocorreram em Wuhan na China. Sabe-se que o vírus compromete seriamente o quadro de saúde do infectado, tendo sintomas que prejudicam principalmente o sistema respiratório e possui alta taxa de mortalidade.

Para a redução da disseminação do contágio do vírus vários países iniciaram protocolos de isolamento social, fechando estabelecimentos onde é possível ocorrer aglomerações de pessoas, entre estes as instituições

educacionais que foram uma das primeiras e possivelmente as mais afetadas. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) emitiu um alerta em função do surto do Coronavírus objetivando a não propagação da doença, e propôs orientações normativas e oficiais, que foram publicadas visando o isolamento social e a diminuição de aglomerações de pessoas.

Em 17 de março de 2020, o Ministério da educação (MEC) emitiu a Portaria nº 343, decretando que as aulas presenciais deveriam ser ministradas através de ensino remoto, através de ferramentas tecnológicas, fechando as instituições de ensino devido a alta possibilidade de contágio da doença nestes espaços.

As portarias seguintes objetivavam a continuação de aulas online ( Portaria nº 473 17 de março 2020 que flexibilizava o calendário-escolar (Portaria nº 934 de 1 de abril de 2020). Desde então as aulas, de forma extraordinária, deixaram de ser presenciais e passaram a ser realizadas remotamente modificando todo o percurso das práticas pedagógicas. (PEIXOTO, 2020).

Por ser um vírus altamente transmissível e contagioso, algumas medidas sanitárias de prevenção foram adotadas de forma global, tais como: uso de máscaras, *lockdown*, limpeza sistemática das mãos e superfícies e, principalmente, o distanciamento e o isolamento social. Foi por conta desta última recomendação sanitária que a escola teve que fechar os seus portões e solicitar que as crianças, adolescentes, jovens e adultos permanecem em casa de forma a se protegerem. As aulas presenciais foram suspensas e o ensino remoto foi substituído para atender a demanda emergencial e dar prosseguimento às atividades escolares e acadêmicas.

Para a não disseminação do Coronavírus, fez-se necessário com que as instituições escolares tanto privadas como públicas adotassem estratégias para propiciar o processo de ensino aprendizagem, tais como: o regime remoto disponibilização de materiais pedagógicos impressos produzidos pelos professores para os alunos e grupos de *whatsApp*. As aulas foram transmitidas não somente por plataformas, mas também pela TV. Essas propostas causaram um grande impacto no sistema de ensino, nas escolas e na relação entre conhecimento e sujeito evidenciado ainda mais as desigualdades sociais presentes no nosso país e que a pandemia veio para

reafirmar (PEIXOTO, 2020).

Desamparadas por uma política nacional emergencial do governo federal representado pelo Ministério da Educação e Cultural e da Presidência da República, sem considerar a situação, os governos locais desenharam suas próprias estratégias de continuar a ofertar ensino nas escolas públicas. Ao contrário, o governo federal desdenhou a gravidade do problema, negou a ciência e sua contribuição histórica para a erradicação de diversas doenças, desconsiderou as orientações internacionais e atacou todos aqueles que tentavam e tentam preservar a vida.

Desse modo, os sistemas de ensino criaram caminhos para manter as aulas de forma que não oferecesse perigo aos professores, alunos e toda comunidade escolar. No entanto, as condições materiais de grande parte da população brasileira não condizem com as demandas materiais mínimas necessárias para ter acesso às aulas, aos conteúdos e aos professores. Tanto os alunos quanto os professores de escolas públicas e algumas privadas também carecem de equipamentos e uma boa internet, sem mencionar as pessoas de baixa renda, que não possuem os recursos necessários para a continuidade das aulas não presenciais. Por outro lado, houve um aumento do trabalho docente e, conseqüentemente, a carga do esgotamento mental, pressão em dominar equipamentos para o andamento de aulas remotas e a falta de qualificação e familiaridade para o uso dessas tecnologias. As professoras têm sofrido mais ainda por conta da jornada do trabalho doméstico e os afazeres profissionais que se acumulam no interior da casa.

Conforme Nota Técnica nº 88 do Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada (IPEA), de agosto de 2020:

Dos 5,8 milhões de estudantes de estabelecimentos públicos que não dispunham de internet em banda larga ou 3G/4G, 2,6 milhões dispunham de sinal de rede móvel celular em seus domicílios. Destes, pouco mais de 800 mil necessitariam apenas de um chip de dados para acessar internet desde casa, pois haveria celular, tablet ou microcomputador disponível. Entre estudantes sem acesso, a distribuição de chips resolveria a questão para mais de 60% dos matriculados em instituições públicas de ensino superior e para mais de um terço dos que cursavam ensino médio em escolas públicas. Já para mais da metade que cursava pré-escola, quase 30% que estava no ensino fundamental ou no ensino médio e para 5% no ensino superior sem acesso à internet, além do chip de dados seria necessária a distribuição de um celular ou tablet para viabilizar a conexão. Trata-se de um contingente perto de 1,8 milhão de pessoas.

Abrimos um parêntese aqui para esclarecer que a proposta de um regime remoto é diferente da Educação a Distância, sendo que esta segue toda uma regulamentação e é uma modalidade de ensino prevista na legislação educacional. Já as aulas remotas se põem de maneira emergencial e repentina sem mesmo tempo para elaborações ou planejamentos das aulas (PEIXOTO, 2020) e estas ocorrem de forma síncrona.

Contraditoriamente à realidade do sistema público de ensino, grande parte das escolas das redes privadas não teve muitas dificuldades em tomar as medidas de adoção das aulas remotas. Ao contrário, a educação aqui é tida como mercadoria e os espaços escolares foram trocados por ambientes virtuais, sem levarem em conta as precarizações do trabalho docente a distância, a sobrecarga mental por parte dos alunos, professores e famílias que enfrentam esse momento com imensas dificuldades. (SAVIANI, GALVÃO, 2020). Ressaltamos que as diferenças entre os sistemas de ensino público e privado já existiam antes do evento e que foram evidenciadas de forma mais contundente neste período.

Outro fator importante de ser mencionado é a impossibilidade do processo de desenvolvimento integral da formação humana tampouco da aprendizagem nesse momento de isolamento social. Fora do ambiente físico escolar não há trocas de relações entre os pares e com os professores como em sala de aula e em outros espaços da escola. Outros prejuízos referem-se o domínio das ferramentas e os modos subjetivos de aprendizagem que não são contemplados nesta forma de ensino e as pessoas com necessidades especiais ou com dificuldades de aprendizagem também são negligenciadas no processo. Conforme Abrantes e Martins (2007, p. 320-321 apud SAVIANI, 2021. p. 43):

[...] um indivíduo imerso na realidade imediata, sem apoio de conceitos que sintetizam a experiência histórica do ser humano, corre o risco de se afogar numa imensidão de informações caóticas ou, no melhor dos casos, realizar avanços lentos e insignificantes à custa de muito se debater, como aquele que não foi ensinado a nadar e é atirado na água.

Ao que tudo indica, as formas de reprodução das relações

desiguais no acesso e no processo de permanência nos espaços escolares e de aprendizagem tendem a se intensificar nesta pandemia e a concepção de educação como processo de emancipação, de constituição da cidadania, de auto realização, de formação integral está subsumida a esta lógica reprodutivista.

Sobre essa questão, Bourdieu (2003), um crítico da escola conservadora e um sociólogo que denuncia as relações de reprodução no espaço escolar, trata sobre as desigualdades sociais e escolares que se dão no sistema de ensino. Neste momento de pandemia em que todas as classes sociais foram afetadas, podemos dizer que ainda sim alguns foram mais afetados que outros e privilégios foram mantidos por conta do acúmulo de riquezas, de cultura, até mesmo das tradições familiares, suas bagagens culturais adquiridas ao longo do tempo dentro do grupo social de origem, isto é, da classe dominante.

Para Bourdieu (2003), a escola conservadora, ao desconsiderar as diferenças sociais e culturais, acaba tornando-se como um instrumento de reprodução das desigualdades sociais através de um sistema de ensino que valoriza aqueles que possuem mais capital cultural, que atende a uma classe dominante para tais fins. Os alunos de classes desfavorecidas, que não atendem aos preceitos classificatórios do capitalismo, acabam não tendo o mesmo privilégio que os alunos que têm acesso a diferentes tipos de culturas, acesso às melhores escolas. Sendo assim, as práticas e ações pedagógicas das escolas conservadoras aguçam ainda mais as desigualdades sociais como reprodutora de desejos da classe dominante, fazendo assim a divisão de indivíduos que são iguais mais que são valorizados por seus acúmulos de capitais culturais e econômicos.

O capital cultural e o ethos, a se combinarem, concorrem para definir as condutas escolares e as atitudes Diante da Escola, que constituem princípio de eliminação diferencial das crianças das diferentes classes sociais. (BORDIEU, 2003, p.50)

A perpetuação de um sistema escolar que neutralize as desigualdades sociais, que interioriza que as habilidades dos que possuem capital cultural mais elevado é um dom natural, que nega a realidade social dos estudantes, ela tende a reproduzir na forma de violência simbólica estas relações desiguais. Esta denúncia feita por Bourdieu escancara o poder simbólico que

se constitui nos espaços escolares e nas relações sociais. Em suas palavras diz:

Com efeito, para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar a sua sanção as desigualdades iniciais diante da cultura. (BORDIEU, 2003, p.50).

Visto que as desigualdades sociais são acentuadas, o reflexo se dá diretamente nas desigualdades escolares, percebendo-se que a escola efetiva a função de reprodução social, priorizando a visão meritocrática, em consonância com mercado de trabalho. Os diplomas tornam-se assim, um mecanismo de reprodução determinante de posições sociais, uma vez que permite a rotulação dos sujeitos e seus papéis na sociedade.

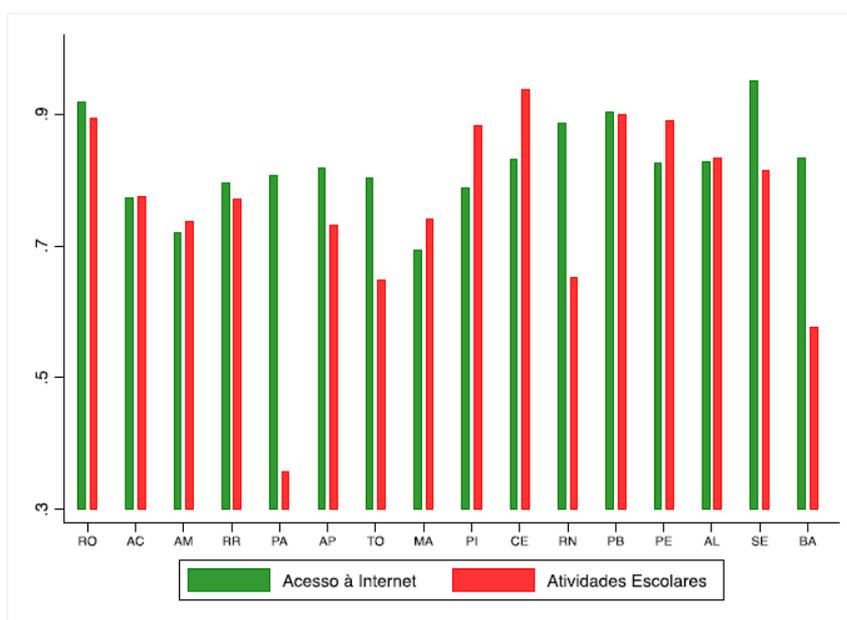
Estas diferenças realizadas no mercado de trabalho em relação aos níveis de diplomas ressoam também em relação aos salários, cargos, escolas de maior prestígio, sendo esta uma relação absurda, vinda do próprio campo educacional que colabora ainda mais para que, esta reprodução injusta, se perpetue e contribuindo para a classificação de sujeitos e impossibilitando por vezes que haja uma transformação efetiva de sua realidade.

O fechamento das escolas durante o tempo da pandemia comprometeu a aprendizagem de muitos alunos pela falta de acesso a internet por questões econômicas e por estarem em regiões no país por falta de infraestrutura aumentando assim ainda mais as desigualdades educacionais. Não podemos deixar de falar que quando nos referimos às desigualdades educacionais e sociais precisamos relatar também que entra em questão as desigualdades raciais e de gênero as quais também são afetadas. A exemplo disso, estudantes pretos, pardos, Indígenas, quilombolas, entre outros, não têm o mesmo acesso à internet como os brancos. Nesse cenário tão delicado, as minorias, que estão na base dos desfavorecidos econômica e socialmente, estão sendo excluídos mais ainda do campo educacional. Conforme Bourdieu (1983), a exclusão da escola se dá lenta, branda e contínua.

Um exemplo das grandes desigualdades educacionais é a prova Brasil

que possibilita o maior desempenho a alunos que têm e possuem maior acesso a internet. Dados comprovam que algumas regiões sofrem grande impacto por não terem acesso a internet e os meios necessários para a continuação dos estudos.

**Gráfico 10 - Atividades Escolares, Acesso à Internet e Prova Brasil por UF (Norte e Nordeste)**



CAVALCANTE, Vitor; KOMATSU, Bruno Kawaoka; MENEZES FILHO, Naercio. Desigualdades Educacionais durante a Pandemia. Inster. São Paulo: 2020.

Em suma, notamos que os resultados encontrados para o ensino médio apontam para diferenças significantes entre alunos no acesso à infraestrutura necessária para continuarem os estudos durante o fechamento das escolas. Assim, é provável que a experiência escolar dos alunos com acessos mais limitados aos aparatos necessários para a continuação dos estudos seja afetada com maior intensidade, com possíveis consequência na desigualdade educacional e na evasão escolar (CAVALCANTE, KAMTSU e MENEZES, 2020 p. 21).

Diante desse cenário, os movimentos sociais, as instituições educativas, as associações de pesquisa, sindicatos de professores, posicionaram-se criticamente a essa forma de ensino, debatendo os pontos de fragilidade em

cada nível de ensino e seus prejuízos a curto e em longo prazo. Dentre estas, destacamos a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) que criou um Canal no YouTube para discutir as principais questões referentes a esse tempo, o qual denominou-se ANPEd Presente na Quarentena. E é sobre o conteúdo das *lives* que será abordado no capítulo 2 e suas contribuições para o campo educacional.

## **2 O PAPEL DA ANPED NACIONAL COMO ESPAÇO POLÍTICO, DE RESISTÊNCIA E DE CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO: DISCUSSÕES EM TEMPOS DE PANDEMIA**

O objetivo deste capítulo é apresentar os debates relacionados a educação em tempos de pandemia transmitido pelo Canal do YouTube ANPEd presente na quarentena. A ANPEd é uma associação nacional de pós-graduação e pesquisa em educação fundada em 1976 com o propósito de divulgação científica no campo da educação bem como constituir-se como um espaço político de enfrentamento e de proposição de políticas públicas educacionais, Este capítulo traz uma breve historicidade da ANPEd e as discussões das *lives* realizadas entre maio no ano de 2020, quando a pandemia se instalou e fez se necessário o isolamento social para a prevenção do vírus, dessa forma as escolas por meio das portarias recebem a proposta do regime remoto adotando as aulas não presenciais, e novembro de 2020.

### **1.1 ANPEd: espaço formativo de pesquisa, de resistência e proposições**

A ANPEd é uma associação sem fins lucrativos, fundada em 16 de Março de 1978, comprometida com a pesquisa e as políticas educacionais e promove interações com a comunidade acadêmica por meio de debates, incentiva o desenvolvimento da ciência, cultura e valoriza a participação democrática. Seus associados são professores e alunos da pós-graduação e demais pesquisadores da área da educação. Ressaltamos que a ANPEd tornou-se um lócus da divulgação da pesquisa em educação depois de muitos embates sobre o lugar da pesquisa em educação no campo científico.

A pesquisa em Educação, segundo Almeida (2012, p.1) se constituiu em quatro etapas:

[...] a partir de Gouveia (1971), que a gênese da pesquisa em Educação se dá com a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) – hoje denominado Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – até meados de 1950; após 1956, com a criação dos cinco Centros Regionais de Pesquisa vinculados ao INEP; e após o golpe de 1964 até 1970, com o cenário político em modificação, quando os Centros Regionais de Pesquisa são fechados. A quarta fase se inicia em 1970, em que começa a

produção de pesquisas nos programas de pós-graduação no país.

É nesta quarta fase da pesquisa em Educação que se cria a ANPEd, em 1978, que torna-se um espaço de intercâmbio entre pesquisadores da área. Desde então, a associação promove reuniões nacionais e regionais intercalando os anos de modo que estudantes e professores da graduação e pós-graduação apresentem trabalhos decorrentes de pesquisas.

Rodrigues (2020) explica que uma associação que se destaca nas pesquisas em educação através de programas de pós-graduação é a ANPEd, que se inicia no ano de 1978, através de uma reunião realizada por um grupo de pesquisadores da área da educação frente a crise da ditadura militar, traziam assuntos sobre a educação defendendo a escola como um direito de todos e pública como destaca na Constituição Federal de 1988 sendo um dever do estado.

Segundo Ferraro (2005) destaca-se mesmo antes de se fundar a associação a ANPEd já possuía 29 programas de pós-graduação, 25 de mestrado e quatro de doutorado entre o período de 1972 e 1978, o que vale ressaltar aqui é que a associação que não se vincula apenas aos pesquisadores da pós-graduação, mas se estende aos demais pesquisadores da área educacional, promovendo o conhecimento através de fóruns e reuniões.

No período de isolamento social, a ANPEd Nacional promoveu e tem promovido uma série de *lives* cujo o nome do programa é: “ANPEd presente na quarentena”. Nestas *lives* diversos assuntos relacionados ao campo da educação e ao sistema de ensino são debatidos com participação de pesquisadores, professores, educadores de forma a contribuir para a compreensão da complexa realidade no campo escolar por conta da pandemia.

Nesse sentido, a fim de se constituir memória daquilo que foi produzido durante o primeiro ano de pandemia, entre março e dezembro de 2020, fez-se necessário sistematizar o material produzido para que outros estudantes, pesquisadores e professores pudessem ter acesso de forma mais organizada e analisada de assuntos tão pertinentes que marcam a história da educação, devido à reconfiguração do formato das aulas ministradas de presencial para remota, visto que este meio não permite o alcance de todos os estudantes e

professores e que pandemia escancarou os problemas já existentes das desigualdades sociais, de gênero, de etnia, sobretudo, no que se refere à educação.

Considerando essa realidade, a ANPEd se posiciona de forma contrária à portaria 343/2020-MEC, pois as aulas remotas ou ensino a distância não dão condições igualitárias para todos; sendo assim atinge a rede pública de ensino fragilizando o processo de ensino e aprendizagem, e há preocupação apenas com a transmissão de conteúdos e que esse meio de educação não é acessível para todos.

Avaliamos que esta decisão governamental atinge a autonomia universitária, desconsidera a heterogeneidade regional, cultural e socioeconômica que caracteriza o país e menospreza as distinções entre os cursos presenciais e a distância, em suas particularidades de estrutura, gestão, currículo e planejamento. É importante destacar, ainda, o caráter autoritário da referida Portaria que desconsidera as condições locais e as vozes das comunidades escolares, impactando fortemente o campo educacional no Brasil. (ANPEd, 2020).

A ANPEd se posiciona de forma contundente a essa realidade e propõe uma forma de diálogo entre pesquisadores, comunidade acadêmica e público em geral por meio de um programa em um canal aberto na internet. É sobre essas discussões e posicionamentos que trataremos a seguir.

## **1.2 Velhos dilemas com novas roupagens: a educação em tempos de pandemia na Anped Presente na Quarentena**

Para a realização desta pesquisa, foi acessado o canal e feito um levantamento dos vídeos disponíveis nesta plataforma. A pesquisa foi feita em setembro de 2020 e foram encontrados 16 vídeos.

### **Quadro: Informações das *lives* do Programa ANPEd Presente na Quarentena ( março a novembro de 2020)**

<b>Título</b>	<b>Palestrantes</b>	<b>Duração</b>	<b>Data</b>	<b>Endereço Eletrônico</b>
Educação à distância universidade e pandemia.	- Edméa Oliveira (UFRRJ) - Geovana Lunardi	58:34	14/04/20	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=PWmuNd">https://www.youtube.com/watch?v=PWmuNd</a>

	(UDESC)			<a href="#">t7dAc</a>
Isto não é uma escola ou é? Reflexões sobre o escolar em tempos de pandemia.	- Inés Dussel (DIE CineVesta-México) - Geovana Lunardi (UDESC)	59:22	20/04/20	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=7qRxFsuN4AA">https://www.youtube.com/watch?v=7qRxFsuN4AA</a>
EaD e a educação superior de qualidade (des)regulação e desafios.	- Luis Dourado (UFG) - Maria Beatriz Luce (UFRGS e Unipampa)	1:09:01	06/05/20	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=XOsZtZw_aDBo">https://www.youtube.com/watch?v=XOsZtZw_aDBo</a>
Tempo para pensar: a educação entre a vida e a morte.	- Walter Kohan (UERJ) - Maura Corcini (UNISINOS)	59:22	13/05/20	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=JfTxJnP_w3Kk">https://www.youtube.com/watch?v=JfTxJnP_w3Kk</a>
Trabalho docente em tempos de pandemia: entre ataques e desvalorização.	- Andréa Gouveia (UFPR) - Heleno Araújo - Presidente do CNTE - Míria Fábila	01:01:58	20/05/20	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=nB-ZvBP70vI">https://www.youtube.com/watch?v=nB-ZvBP70vI</a>
Educação infantil e as políticas governamentais na pandemia.	- Valdete Côco (UFES) - Ângela Coutinho (UFPR)	1:10:45	03/06/20	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=DI7IQZzG49A">https://www.youtube.com/watch?v=DI7IQZzG49A</a>
Desigualdades regionais e educacionais no Brasil durante a pandemia.	- Damião Rocha (UFT) - Edineide Jezine (UFPB /FORPRE-NE) - Cláudio Nunes (UESB)	01:06:34	17/06/20	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=FNY9qe0r1lw">https://www.youtube.com/watch?v=FNY9qe0r1lw</a>
Pós-graduação e pesquisa em educação em tempos de pandemia: desafios e incertezas.	- Fabiane Maia Garcia (UFAM) - Ângelo Ricardo de Souza (UFPR) - Dalila Andrade (UFMG) - Geovana Lunardi (UDESC)	1:32:50	24/06/20	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=4fJxxX4Gpql">https://www.youtube.com/watch?v=4fJxxX4Gpql</a>
Fragmentos da educação brasileira.	Pesquisadores e professores de todas as regiões do país.	11:25	30/06/20	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=kQv5sKsohmY">https://www.youtube.com/watch?v=kQv5sKsohmY</a>
Educação e relações étnico raciais no contexto da pandemia.	- Eugenia Portela (UFMS) - José Eustáquio de Brito (UEMG) - Paulo Vinicius Baptista da Silva (UFPR)	01:02:35	30/06/20	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=IO3kn88gbr8">https://www.youtube.com/watch?v=IO3kn88gbr8</a>
E o Qualis? Periódicos e produção científica na área da educação em tempos de pandemia.	- Ivanilde Apolucemo (UEPA) - José Luis Bizelli (UNESP) - Lia Machado Fiuza Fialho (UECE/ABEC) - Cláudio Pinto Nunes (UESB) - José Luis Bizeli (Unesp/Fepae)	01:06:50	01/07/20	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=occSyacqUDo">https://www.youtube.com/watch?v=occSyacqUDo</a>
Educação no mundo em	- Gustavo Enrique	1:33:44	08/07/20	<a href="https://www.yo">https://www.yo</a>

tempos de pandemia: horizontes e desafios	Fischman(Arizona State University- EUA) - Tristram McCowan (UCL Institute of Education - Londres/Inglaterra) - Stephanie Gasse (Universidade de Rouen - França) - Geovana Lunardi (UDESC)			<a href="https://www.youtube.com/watch?v=9OeFWECqon8">utube.com/wat ch?v=9OeFWe Cqon8</a>
Covid-19 na América Latina e as desigualdades educacionais: os desafios da região.	- Fernanda Saforcada (UBA  UNSAM- Argentina) - Germán Alvarez Mendiola (Cinvestav-México) - Patrícia Ames Ramello (PUC- Peru) - Geovana Lunardi (UDESC)	1:44:30	15/07/20	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=xJCW7J0Jh9k">https://www.yo utube.com/wat ch?v=xJCW7Jo Jh9k</a>
Avaliação dos programas de pós-graduação e a área das humanidades em tempos de pandemia.	- Antônio Carlos Amorim ( FORPREd- UNICAMP) - Fernanda Sobral (UNB) - Robert Verhine (UFBA) - Geovana Lunardi (UDESC)	1:27:56	12/08/20	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=8Bu8Lw2Gjz8">https://www.yo utube.com/wat ch?v=8Bu8Lw2 Gjz8</a>
Ataques à docência e a formação de professores em tempos de pandemia.	- Katia Curado Silva (UNB) - Malvina Tuttman (UNIRIO) - Márcia Angela Aguiar(UFPE) - Maria Luiza Süssekind (UNIRIO)	1:27:28	19/08/20	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=6U6d9VkhxTs">https://www.yo utube.com/wat ch?v=6U6d9Vkh xTs</a>
ANPEd presente, debate volta às aulas	- André Jorge Marinho (Sinpro- Rio/CONTEE) - Guilherme Werneck (Abrasco/UERJ/UF RJ) - Guilherme Barbosa (UNE)	1:27:08	23/09/20	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=kawQA9Cji_A">https://www.yo utube.com/wat ch?v=kawQA9 Cji_A</a>

Fonte: dados organizados pela autora (2020)

Feito esse levantamento, por meio do título, estes foram categorizado

em 9 eixos de discussão, a saber: Escola; Educação Infantil, Criança e Infância; Educação a Distância; Docência e Pandemia ; Pós- Graduação e Pandemia; Educação no Mundo e Pandemia; Desigualdades Sociais e Raciais; e Volta às Aulas.

A seguir, a descrição do conteúdo das *lives* de acordo com os eixos e sínteses.

## **Escola**

As palestrantes Dussel (2020) e Lunardi (2020), com o tema ***Isto não é uma escola ou é?***, fizeram reflexões sobre o escolar em tempos de pandemia. Dussel (2020) discutiu sobre a relação do avanço da tecnologia e a educação e que aquela não pode determinar a maneira de fazer educação. Há uma necessidade de se pensar o ensino remoto, como essa educação tem se dado dentro das casas, fora de um espaço escolar , sem os professores para dar suporte pelas telas virtuais e os desafios que os pais encontram em acompanhar seus filhos nesse processo de ensino e aprendizagem. Aponta também os recursos necessários para o acompanhamento de aulas em um ambiente virtual e que muitos alunos não possuem materiais e ferramentas para as comunicações nem mesmo com os professores, o que impossibilita o acompanhamento das aulas. Há evasão em decorrência deste ensino, desfiliação por não se sentirem como pertencentes a suas escolas. Trata-se de um cenário em que as desigualdades sociais exclui os sujeitos de seus direitos. Alerta para a necessidade de criar outros meios para dar continuidade a educação e chama a atenção de estabelecer estratégias de pertencimento à escola causadas pela falta das ferramentas necessárias para as aulas online.

Por outro lado, Lunardi (2020) apresenta os argumento de que a educação se modifica no contexto tecnológico e isso interfere nas aulas em que desafios são postos aos alunos e professores frente a uma emergência sanitária. Ressalta que os profissionais da educação precisam lidar com a nova forma de trabalho e elaboração das aulas e os alunos em como adaptar as aulas fora do espaço escolar. Alerta que há uma preocupação conteudista nas transmissão de conhecimentos na educação infantil e no ensino fundamental .

Em síntese, pensa-se muito na inserção no espaço virtual, mas as condições materiais dos alunos não os permitem dar continuidade ao ano letivo. O resultado é desistência da escola e exclusão do ambiente escolar. Ressalta que é de extrema importância criar meios para que esses alunos possam continuar na escola, e não uma preocupação em apenas transmissão de conteúdos.

### **Educação Infantil, criança e infância**

As palestrantes Coco (2020) e Coutinho (2020), com o tema ***Educação Infantil e as políticas governamentais na pandemia***, trazem relevantes contribuições sobre a posição do governo atual frente à pandemia o qual desvaloriza tanto a ciência como a educação. Fazem uma análise sobre o comprometimento das aulas não presenciais para a educação infantil e como isso se agrava no processo de aprendizagem dessa fase.

Coco (2020) inicia sua exposição chamando a atenção quanto à necessidade de dar ênfase na valorização da ciência e das contribuições de pesquisas científicas que muito colaboram para o campo da saúde face a um governo que desacredita na ciência e na educação. Ressalta as condições precárias dos alunos para o ensino remoto e o descaso do governo sobre essa questão durante o isolamento social.

Coutinho (2020), por sua vez, reforça que umas das primeiras questões que precisam ser consideradas é a não observância dos princípios da educação infantil conquistados ao longo da história, neste período de ensino remoto e isolamento social. A troca de relação de professor e aluno se compromete totalmente nesse tempo de pandemia, o que dificulta o processo de aprendizagem das crianças, não havendo o momento dos diálogos da criança, as interações que se dão no espaço escolar. Enfatiza que toda ação política interfere diretamente nessa fase da educação e que há um descaso com a educação infantil assim como para os profissionais que atuam nessa área, tais como a diferenciação do salário, o trabalho com a educação infantil tido como trabalho de pouca relevância. Esses aspectos são agravados com a

pandemia visto que não há meios para fazer o acompanhamento dessas crianças para o desenvolvimento da sua aprendizagem.

Em síntese, A educação infantil é algo delicado nesse tempo de pandemia, como aplicar objetivos que são específicos dessa área ou mesmo fazer o acompanhamento das crianças nesse percurso? As tomadas de decisões, as ações governamentais mesmo que não sejam para a área acabam interferindo na educação infantil, um campo que é marcado por desvalorização do trabalho e até mesmo no reconhecimento dos profissionais da educação.

Os palestrantes Rohan (2020) e Corcini (2020) debatem um assunto muito pertinente com o tema ***Tempo para pensar: a educação entre a vida e a morte***, retratando do descaso do governo atual frente a educação, a não valorização a rede publica de educação. Em como se dá a fase da infância nesse tempo de pandemia e se realmente podemos substituir o espaço escolar pelo espaço domiciliar.

Ronah (2020) ressalta que o descaso do governo que considera a educação sem corpos por meio do ensino remoto, alerta que há interesse de privatização e das vendas de plataformas digitais, e a intromissão das relações de trabalho e escola para dentro dos lares. Defende a posição de que dificilmente o espaço escolar poderá ser substituído pelos lares e alerta que a pandemia tem aguçado a privatização de uma educação online ao invés de ampliar os recursos para os espaços públicos para a educação pública. Discute sobre a pobreza de experiência sem qualidade na infância por conta da exclusão, das desigualdades e que são evidenciadas pelo isolamento social e fora do espaço escolar. E que a infância precisa ser uma possibilidade e não um privilégio. Defende que não se faz uma educação de verdade sem olhar as questões necessárias da infância, das experiências, do tempo livre, experiências estas que enriquecem a infância nesses momentos e possibilitam as crianças uma leitura sobre o mundo, estimulando a aprendizagem.

Corcini (2020) ressalta na sua fala que o espaço escolar e a infância já eram espaços de discussão antes da pandemia. Com este advento, questões sobre o espaço, a infância durante o tempo de pandemia, as formas e as organizações dessas aulas para educação infantil se complexificaram com o

limite do acesso à educação remota e as já existentes desigualdades sociais e as diferenças entre as classes sociais que se acentuaram. Os direitos educacionais historicamente conquistados são caminhos de possibilidades mas há muita luta ainda para assegurar esse direito.

Em síntese, quando a criança em sua infância tem a possibilidade de se ter infância de ser criança através de experiências isso dará a ela uma maior possibilidade de fazer uma leitura do mundo a sua volta, trazendo um estímulo maior a aprendizagem. Com a pandemia essa experiência se limita mais ainda, mais especificamente para as crianças que não podem nem mesmo ter acesso às aulas online.

### **Educação a Distância**

As palestrantes Oliveira (2020) e Lunardi (2020) discorrem o tema sobre ***Educação a distância universidade e pandemia***, apresentando a diferenciação da Educação a Distância e da proposta das aulas remotas .

Oliveira (2020) inicia a fala tratando dos tempos e dos espaços, na perspectiva histórica, das formas de educação, seja ela formal ou não. Situa a EaD tem a especificidade de estar geograficamente dispersa portanto a necessidade de um planejamento de forma bem estruturado por meios de materiais impressos, desenhados e com intencionalidade pedagógica para a educação a distância. Com o avanço da tecnologia e das mídias sociais as pessoas podem se conectar em tempo real umas com as outras e que é importante não confundir Educação a Distância com proposta das aulas remotas, sendo estas como emergenciais para a prevenção contra a COVID-19. Explica que o ensino remoto é um mecanismo rápido, os professores têm tempo de elaborar suas aulas, é algo que veio de forma repentina e aligeirada para que se estabeleça o encontro entre alunos e professores. E ressalta que neste tipo de ensino evidencia as desigualdades sociais e as regionais de acesso.

Lunardi (2020) assinala que as universidades tem se posicionado de distintas maneiras no modo em que são aplicadas as aulas remotas. Faz uma crítica ao expor sobre a forma de organização do um ambiente virtual em que muito se preocupa com as presença dos alunos e professores para dizer que a

proposta das aulas remotas são eficazes, não levando em consideração a falta de tempo de preparação dos professores com as aulas, a falta de formação dos professores na área tecnológica e que há foco está na transmissão de conteúdo.

Em síntese, muitos alunos em diferentes espaços não possuem acesso à internet que acaba prejudicando a população mais pobre, evidenciado uma vez a desigualdade social em nosso país. Os professores têm sido pressionados na transmissão de conteúdos e a presença de alunos no ambiente social, muitos com uma sobrecarga mental, sem ao menos tempo para elaborar e planejar as aulas no ambiente virtual.

Luce (2020) e Dourado (2020) trazem como tema ***EAD e a Educação superior de qualidade (dês) regulação e desafios trazem à discussão pontos***. Luce (2020) adverte que a educação a distância é uma das modalidades de ensino que vêm sendo discutida principalmente no tempo presente, mas que precisa ser pensada e elaborada. Alerta que o acesso deve ser democrático e para todos e que não pode ser algo improvisado. Lembra que a ANPEd tem grupos de trabalhos e pesquisadores que trazem inovações no uso da tecnologia em sala de aula. Também traz para o debate a ausência do Conselho Nacional de Educação (CNE) no debate sobre as questões educacionais dos direitos que asseguram a educação. E finaliza chamando a atenção sobre a necessidade de pensar em novas elaborações educativas e de ter esperança para a transformação no campo educacional aprendendo com cada tempo em que passamos.

Dourado (2020) trata sobre a educação em tempos de pandemia, sinaliza que é preciso situar a discussão nos âmbitos da democracia, da gestão das políticas de Estado, de como está posto na agenda brasileira. Adverte que o processo da educação brasileira se agrava com a pandemia frente às desigualdades sociais, a uma política conservadora e neoliberal que afetam diretamente na educação. Adverte que não é só a internet que alguns não têm acesso mas também as condições básicas de sanitariedade. Traz sobre os interesses políticos e econômicos por detrás do uso das tecnologias pois estas afetam os modos de se viver e nas suas relações. Chama a atenção de pensar o uso das tecnologias de forma coletiva no âmbito educacional e pensar no cenário atual em que estamos vivenciando, nas condições sociais dos alunos,

repensar a educação a distância. Adverte que a discussão deve perpassar as aulas presenciais também pois podem ser substituídas por aulas remotas após a pandemia. Alerta os discursos generalizantes que há somente qualidade de ensino na rede privada e que não há na pública e é preciso resistir .

Em síntese, é preciso pensar a educação para além da transmissão de conteúdos para os alunos, de documentos padronizados e normativos cheios de regras que norteiam como fazer educação sem pensar nos desafios que os docentes enfrentam principalmente no tempo de pandemia. O governo não pode ignorar toda essa situação. Com os interesses do capital implantou-se na sociedade uma ideia de que ensino bom é ensino de instituições privadas, sendo esse um equívoco, a rede pública tem sim ensino de qualidade e que se deve defender as escolas e universidades públicas.

### **Docência e pandemia**

O tema ***Ataques à docência e formação de professores em tempos de pandemia*** teve como palestrantes Curado (2020), Tuttam (2020), Aguiar (2020) com a mediação de Sussekind (2020)

Curado (2020) inicia a sua fala dizendo que para a luta contra os ataques aos professores e pesquisadores é necessário atar um caminho da práxis e coragem. Situa o tema em um espectro mais amplo discutindo a concepção do governo, generalista e neoliberal, que segue as agendas internacionais em que os espaços escolares e universidades são influenciados por elas. Em decorrência, professores se desentectualizam, o trabalho torna-se tecnicista e utilitarista e a não escuta com professores e pesquisadores da área da educação traz consequências de desvalorização do trabalho docente.

Aguiar (2020) ressalta a desconstrução históricas na área educacional, o ataque ao campo científico e educacional, a interferência de grandes empresários nas tomadas de decisões e nas elaborações de projetos e documentos que norteiam o campo escolar. E finaliza dizendo que a pandemia abre ainda mais o caminho para os interesses das classes dominantes, aguça a desvalorização docente, acentua ações conservadoras com métodos de ensino imposto à escola.

Em síntese, a situação na pandemia revela os vários ataques aos

professores e ao campo da pesquisa. Desvela os interesses de quem estar no poder, acentua a pedagogia empreendedora, utilitarista e neotecnicista e mostra a preocupação do governo tão somente com a economia do país sem pensar sobre as mudanças necessárias que a educação brasileira precisa.

O tema ***Fragmentos da educação brasileira*** é um documentário breve em que pesquisadores e professores de distintas regiões do país compartilham depoimentos sobre o cotidiano em meio à pandemia.

O tema ***Trabalho docente em tempos de pandemia: entre ataques e desvalorização*** foi debatido por Barbosa (2020) e Araújo com mediação de Miriam Fábria (2020).

Barbosa (2020) lembra que os ataques ao trabalho docente antecedem a pandemia e aponta o piso salarial como uma dessas evidências por conta da Ementa Constitucional nº 5 e de um governo neoliberal e conservador que defende a Escola sem Partido. Ressalta que isso tudo se agrava com a pandemia e as aulas remotas focam na transmissão do conteúdo e treinamento sem levar em consideração a relação entre professor e aluno. Sugere uma análise sobre o trabalho docente pós-pandemia, sobre o papel da escola e dos profissionais da educação. Critica a educação como mercadoria que não valoriza o trabalho docente e nem a luta dos movimentos sociais.

Araújo (2020) trata sobre a segmentação da educação, a política excludente e contraditoriamente há o aumento da riqueza pela classe dominante. Ressalta que a concentração de renda interfere na educação e nas desigualdades sociais e que as privatizações não valorizam os professores e são substituídos por tutores. Chama a atenção para o aumento das vendas das plataformas e das crenças em relação à Educação a Distância fora do espaço escolar e da interação professor aluno. Finaliza dizendo que a escola não deve ser apenas um lugar de qualificação e classificação, mas um espaço de coletividade onde os sujeitos são construtores da sua própria história. Sugere que haverá necessidade de repensar o projeto político das escolas.

Em síntese, o trabalho docente já precarizado antes da pandemia se acentua assim como os ataques e que há a necessidade de se repensar a escola após a pandemia.

## **Pós-graduação e pandemia**

Com o tema ***Pós-graduação pesquisa em educação em tempos de pandemia: desafios e incertezas***. Garcia (2020), Souza (2020), Andrade (2020) e Lunardi (2020).

Garcia (2020) fala sobre os processos de enfrentamento não somente às questões do campo da saúde, mas também na da educação, das escolas, das universidades, da pesquisa, sobretudo, no campo das humanas. Levanta a questão da falta de política pública que defenda os direitos das mulheres a estarem à frente dos trabalhos científicos e a cargos nos espaços científicos. E questiona o porquê da baixa produção dos trabalhos científicos, se justamente as mulheres ocupam maior número na área científica. E critica a atuação do governo frente às pesquisas, à redução de bolsas, sendo estes elementos graves para o campo da pesquisa e para os pesquisadores visto que são barreiras para o desenvolvimento das pesquisas

Souza (2020) assinala que os professores, no contexto do isolamento social, são desafiados quanto ao uso das tecnologias digitais bem como do seu uso prolongado acentuando o esgotamento. Faz a crítica à Capes quanto à redução de bolsas e aos poucos recursos destinados aos programas. Questiona o trabalho por mérito acadêmico quando não se leva em consideração questões sociais, econômicas e os recursos.

Andrade (2020) assevera que a pandemia aprofunda as desigualdades sociais, em todas as áreas da educação, reduzindo até mesmo o número de alunos na pós-graduação. E que os profissionais da educação, apesar das dificuldades, não deixaram de trabalhar, principalmente da rede pública. Aponta para a luta das mulheres visto que o número de mulheres no campo científico é grande, porém tem se reduzido nas distribuições de bolsas, no quadro do Mercado de trabalhos. Finaliza ao tecer críticas ao governo, que desde 2016, houve cortes de financiamento e descaso com a educação, a Ciência e faz oposição ao pensamento crítico, portanto, é necessário atacar e resistir.

Lunardi (2020) diz que as desigualdades de gênero são acentuadas na pandemia, sobretudo, com as mulheres visto que a produção de artigos pelas mulheres sofreu um decréscimo ainda mais e que à medida que as mulheres crescem no campo científico reduz-se os números de cargos ou as

possibilidades em que elas poderiam atuar. E critica a desintelectualização, a descredibilidade da ciência e a desvalorização da educação na sociedade.

Em síntese, os palestrantes criticam a posição e a atuação governamental em relação à ciência, à pesquisa, à educação, os cortes de bolsas e falta de suporte para que as mulheres no campo científico pois estas estão sendo mais afetadas pela pandemia

Oliveira (2020), Bizelli (2020) e Fialho (2020) debateram o tema ***E o qualis? periódicos e produção científica na área da educação em tempos de pandemia*** e coordenado pelo debatedor Nunes.

Oliveira (2020) questiona a proposta da extinção do qualis pela Capes e o que isso implicaria na área uma vez que serve de orientação para os periódicos. Critica a falta de recursos, financiamentos, formação e reconhecimento dos editores e a constante mudança dos critérios de avaliação do qualis. Sugere que haja formação para editores e técnicos especializados e reconhece a importância do debate para clarear e enfrentar e para superar e avançar nos processos de avaliação e dos periódicos. .

Fialho (2020) assevera que há uma produção na área de educação que é robusta, que os editores das revistas têm o desejo que as publicações sejam gratuitas e que há a necessidade de programas que assegurem a difusão do conhecimento na área de educação. Aborda a questão do qualis sendo este um instrumento de avaliação nos programas de pós-graduação assim como em diferentes situações da vida acadêmica. Critica a atuação do governo frente à falta de recursos e financiamentos públicos.

Bizelli (2020) discute sobre a relação entre a pontuação do qualis e a qualidade de artigos uma vez que o qualis é um medidor dos periódicos da educação e suas contradições nos processos de avaliação. Sugere que para a superação dos limites dos tempos atuais é preciso debater, resistir às mudanças prejudiciais, ter programas de formação, mobilização de professores e alunos da graduação e da pós-graduação para a iniciativa de pesquisa. E apoia a união das universidades, gestores, diretores para divulgação desses materiais

Em síntese, os palestrantes discutem sobre a importância do debate acerca dos periódicos e sua importância no âmbito da pós-graduação, problematiza a questão do qualis e sugere formação para editores, de técnico

qualificado e da importância de espaços para debater sobre essas questões

O tema ***Avaliação dos programas de pós-graduação e a área das humanidades em tempos de pandemia*** foi debatido por Amorim (2020), Sobral (2020), Verhine (2020) e tendo como debatedora Lunardi (2020).

Amorim (2020) inicia com a análise do contexto cujo o governo se posiciona como genocida e necropolítico e que muitas coisas poderiam ser evitadas se não fosse a negligência das ações políticas. Aponta que o acirramento das desigualdades sociais interfere a área da educação e afeta as perspectivas. Destaca os pontos positivos e negativos da avaliação multidimensional, sendo os positivos: parâmetros qualitativos, identificação dos pontos fortes de cada programa e suas prioridades com o foco no processo. E os negativos são: padronizações e generalizações como critério de avaliação, reorganização nas áreas de conhecimentos e o viés acentuados nos produtos, a extinção do quails, a vertente econômica e a tendência de critérios únicos. E critica a redução de bolsas e de financiamento e o impacto nas políticas de distribuição.

Sobral (2020) comenta sobre as mudanças da avaliação no decorrer dos anos na pós-graduação e ressalta que planejamentos e avaliações são essenciais para que a política se consolide. Ressalta a necessidade de considerar as diferenças sociais e regionais e deve-se considerar essas diferenças na avaliação por conta da pandemia que acirrou essas desigualdades. E finaliza ao dizer que o sucesso de uma política de pós-graduação deve-se a forma dos planejamentos e avaliações e a participação da comunidade científica.

Verhine (2020) fala sobre o objetivo inicial da Capes que era a concessão de bolsas, mas com a ampliação da sua atuação problemas de qualidade foram surgindo e a necessidade de avaliação dos programas. Reconhece que a Capes tem copiado modelos de avaliação de outros países com diferentes finalidades. Critica a redução de bolsas sendo prejudicial para a área de educação, que a CAPES se coloca frente as formas de avaliação e que as desigualdades sociais, regionais devem ser consideradas, sobretudo, ainda na pandemia em que se torna mais difícil aplicar esses meios de avaliação.

Em síntese, a discussão perpassou o campo da avaliação na pós-

graduação e o efeito da pandemia que pode acirrar as dificuldades e as desigualdade sociais e regionais neste contexto.

### **Educação no mundo e pandemia**

O tema ***Educação no mundo em tempos de pandemia: horizontes e desafios*** foi exposto por Fischman (2020) e Gasse (2020) e teve como debatedores Mowan e Lunardi (2020)

Fischman (2020) fala sobre o caso dos Estados Unidos da América e rememora a cooperação entre as família e a escola no início da pandemia em relação às aulas mas que em seguida evidenciou-se o desgaste dos trabalhos dos professores conjugados às obrigações domésticas. E afirma que o governo Trump não garantiu fundos financeiros para a educação e as escolas e universidades, para dar continuidade com o trabalho pedagógico, dependiam dos próprios recursos e ferramentas. Afirma que as desigualdades existentes no país se agravaram na pandemia e a situação da educação pode ser mais crítico após a pandemia. Sugere parcerias, debates e pesquisas para o enfretamento.

Gasse (2020) descreve que a França ofertou a Educação a Distância e presencial e as escolas se mantiveram abertas para as famílias que precisavam sair de casa para trabalhar, seguindo os protocolos e cuidados frente ao vírus. Diz que a EaD já era realizada no país e com o isolamento houve a necessidade de expansão e isso impactou na organização dos docentes, das aulas e na divisão do trabalho.

Mowan (2020) esclarece que o isolamento social aconteceu tardiamente, e que a escola tornou-se um lugar importante para o acolhimento dos pais que precisavam para trabalhar na rede de saúde e que o cuidar e o educar eram desafiador para os pais foram. Apresenta as contradições e as disputas de poder no campo da educação, a participação dos sindicatos na luta contra o Coronavírus e a dificuldade de diálogo e reflexões no ambiente virtual. E diz sobre a limitação e diminuição de bolsas para pesquisas na pandemia dando margens ao governo para retirá-las. E finaliza com a constatação da necessidade de recursos para dar continuidade à aprendizagem e que as desigualdades sociais se evidenciaram na pandemia.

Em síntese, os pais mencionados passaram por situações e problemas semelhantes ao Brasil e que tomaram decisões conforme a realidade da escola e a partir das políticas ou ausências de políticas para o enfrentamento da pandemia e suas consequências na educação.

O tema ***Covid-19 na América Latina e as desigualdades educacionais: os desafios das regiões*** foi debatido por Saforcada (2020), Mendiola (2020) e Ramello (2020) e coordenado por Lunardi (2020).

Saforcada (2020) começa situando a crise econômica e educacional que antecede a pandemia por conta da mudança de governo, mas se agrava no contexto. mais ainda com a pandemia. Discorre que com o isolamento social e a suspensão das aulas presenciais, o programa de aulas a distância chamado “Continuamos educando”, na Argentina, que é transmitido pela televisão, rádios e materiais diversos para todas as séries e níveis de educação. Ressalta que este tipo de ensino não leva em conta as diversidades culturais, os estudantes com deficiências e a falta de recursos das famílias. E finaliza que é perceptível o impacto nas famílias pobres, mas que o governo atual tem lutado pela educação e justiça social.

Mendiola (2020) trata da situação do México em que as aulas presenciais foram suspensas e substituídas pelas remotas e por atividades impressas para os alunos que não têm acesso à internet. Relata que os pais passam a fazer o acompanhamento das aulas e enfatiza a sobrecarga do trabalho docente causando esgotamento mental e sem ter apoio.

Mendiola (2020) , ao retratar a situação no Peru, diz ser necessário fazer o enfrentamento das desigualdades sociais, que estão também nas distribuições de programas educacionais, na qualidade, na infraestrutura que afeta diretamente as famílias mais pobres. Relata que a proposta do Programa “Aprendendo em Casa”, na pandemia, é fazer transmissões das aulas pela televisão, rádio e internet. Ressalta que o programa adotado pelo governo não favorece os estudantes da zona rural e os pais temem que os filhos percam o ano letivo. Sugere que para o programa tenha êxito é necessário que o sinal da internet chegue às pessoas que não tem acesso bem como as ferramentas necessárias para o desenvolvimento das atividades escolares.

Em síntese, a América Latina tem sofrido grandes impactos com a pandemia, com a emergência das aulas online muitos alunos têm sido afetados

no seu processo de aprendizagem devido às desigualdades sociais. E a falta de recursos tem sido impedimentos em um momento como esse e que pode trazer futuras consequências.

### **Desigualdades sociais e raciais**

O tema ***Desigualdades regionais e educacionais no Brasil durante a pandemia*** foi debatido por Rocha (2020), Jezine (2020) com a mediação de Nunes (2020).

Jezine (2020) ressalta que com a pandemia as desigualdades sociais se evidenciaram assim como as questões de gênero e raça numa sociedade capitalista que pensa nas concentrações de rendas, o que diretamente as pessoas menos favorecidas. Aponta que a proposta de ensino remoto e o desgoverno desfavorecem os mais pobres por falta de condições materiais e financeiras e sugere políticas que assegurem essas condições aos alunos. Finaliza dizendo da importância da pesquisa, de reflexões sobre as condições sociais, as possibilidades de enfrentamento ao atual desgoverno que desvaloriza a ciência e a educação e que seja assegurada a qualidade nas aulas não presenciais.

Rocha (2020) fala sobre a potencialização das desigualdades sociais, a concentração de renda, a perda de emprego para a classe trabalhadora com a pandemia. Sobre a educação, relata sobre o aumento do trabalho docente com as aulas remotas, as dificuldades dos professores que trabalham em mais de uma instituição e a obrigatoriedade de cumprimento da carga horária. E finaliza falando dizendo da importância dos programas educacionais e o uso destes por meio da pesquisa e debates frente ao cenário atual.

Em síntese, o país é desigual, há concentração de renda e que favorece o mercado e o crescimento do capitalismo e conseqüentemente afeta as regiões com maior concentração de pessoas de baixa renda e a educação também.

O tema ***Educação e relações étnicas raciais no contexto da pandemia*** foi debatido por Portela (2020), Brito (2020) e mediado por Silva (2020).

Portela (2020) diz que não somente a pandemia traz sofrimento mas

ataques à educação, à democracia, à pesquisa, à intelectualidade brasileira, às universidades, às culturas e à saúde. Ressalta que as desigualdades atingem a população negra, inclusive o corpo docente. Questiona o futuro das crianças da população negra frente a uma sociedade e um governo com racismo e exclusão dessa população. Lembra que a morte de George Floyd, nos EUA, mobilizou protestos e é necessário combater o racismo cultural e todas as formas de racismo. E sugere que o debate seja ampliado à toda sociedade.

Brito (2020) fala sobre a indiferença do governo quanto às conquistas e lutas frente ao enfrentamento dos preconceitos. Comenta que é preciso resistir a essa violência simbólica e sugere debates sobre o tema nos processos de formação educacional. Ressalta que para se ter um sociedade justa e democrática com a repartição igualitária das economias, a luta não é somente da população negra que é de todas as formas excluídas. Aponta os prejuízos da pandemia para as populações negras que não retornam às escolas e comenta sobre a sobrecarga mental e emocional do trabalho docente neste contexto em que muitas vidas estão ameaçadas.

Em síntese, houve várias conquistas no campo das relações étnico raciais, no entanto, o país continua racista, exclui as populações negras, muitos foram afetados pela pandemia e há um governo que não se posiciona e não faz o enfrentamento.

### **Volta às aulas**

Com o tema ***ANPEd presente, debate volta as aulas***, Werneck (2020), Barbosa (2020), Marinho (2020) debateram com a mediação de Sussekind (2020).

Werneck (2020) apresenta o cenário brasileiro em relação ao aumento do contágio e questiona como retornar as aulas presenciais diante desse contexto. Ressalta que muitas decisões anticientíficas têm sido tomadas e há a necessidade de valorização da ciência na saúde pública.

Marinho (2020) comenta sobre a desvalorização da ciência pelo governo assim como da educação. Situa a sobrecarga e o desgaste mental e emocional do professor na pandemia, mas alerta que não é possível o retorno face ao contexto.

Barbosa (2020) lembra que a União Brasileira dos Estudantes (UNE) tem se posicionado contra o governo anti-ciência e educação e que tem perseguido professores e alunos. Ressalta que cortes na educação antecedem a pandemia e alerta que poderá haver evasão caso as aulas retornem.

Em síntese, o retorno das aulas presenciais em momento de crescente contágio do vírus é algo ameaçador e incoerente sem as mínimas condições para o retorno. O governo se põe contra a ciência e a educação nesse cenário da pandemia sem levar em conta os conflitos causados fora do espaço escolar.

Desse modo, as *lives*, com seu caráter formativo, informativo e político, os temas desenvolvidos nas *lives* no Programa ANPEd na Quarentena desenvolveram temas específicos como pontuado acima mas com interfaces com temas mais gerais de cunho estrutural, emergencial circunstancial e do contexto político brasileiro.

No que se refere ao primeiro, os problemas estruturais da sociedade e da educação brasileira, tais como desigualdades sociais, raciais e de gênero acentuaram-se com a pandemia escancarando as diferenças, as injustiças sociais e as diferenças exorbitantes entre as classes sociais. Estes problemas são antigos e frequentemente denunciados pelas diversas enfrentamentos de distintas associações, mas, neste caso da monografia pela ANPEd Nacional por se tratar de uma associação comprometida politicamente com a educação do país.

E sobre o segundo ponto, o que se constata é que houve um redimensionamento do trabalho docente, do trabalho pedagógico, da relação professor-aluno, dos meios de dar aulas, da relação com a família, do objetivo e do papel da escola, enquanto espaço de formação e não apenas de transmissão de conteúdos.

E sobre o terceiro ponto, a posição governamental negacionista, anti ciência e desinformação acirrou as dificuldades quanto ao processo de compreensão da grave realidade causada pela pandemia por parte da sociedade, o que agravou mais ainda os problemas.

Desse modo, os efeitos da pandemia na educação trarão muitos outros desdobramentos que certamente impactarão em diversos aspectos a educação escolar em longo prazo e conseqüentemente no processo de desenvolvimento da sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu analisar as discussões das *lives* realizadas pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), em relação à educação na pandemia do novo Coronavírus, entre março a dezembro de 2020. O recorte temporal deu-se em razão Decreto Estadual nº 9.633 de 13 de março de 2020, quando foi declarado o estado de isolamento social, sob orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS).

O tema constitui-se como importante, pois trata-se de um marco histórico mundial em que se evidenciou e acirrou ainda mais as desigualdades sociais, raciais e de gênero tanto no Brasil e em outras parte do mundo. Ademais, os prejuízos pela falta de recursos materiais necessários por parte dos estudantes pobres para a continuidade das aulas de forma remota no período de isolamento social poderá trazer efeitos negativos tanto no presente momento quanto no futuro dessas crianças e jovens estudantes.

Este estudo possibilitou compreender como os pesquisadores da ANPEd Nacional posicionaram-se frente aos acontecimentos, suas leituras, suas análises e temas mais debatidos e suas contribuições para se pensar criticamente esta situação em que milhares de vidas foram interrompidas e diversas outras prejudicadas com a falta de acesso à educação, à saúde e tantos outros direitos negados por um governo que não se posicionou de forma a defender o povo brasileiro.

No primeiro capítulo, foram tratados marcos legais da educação e os direitos as que norteiam assim como a contribuição de autores que definem a educação e sua finalidade enquanto espaço de formação humana e as contradições apresentadas e acentuadas com a pandemia , e que agora fica bem nítida aos nossos olhos.

No segundo capítulo, foi apresentado brevemente a historia da ANPEd e seu papel político. Na pesquisa documental a partir das *lives*, percebe-se que os desafios da pandemia enfrentados pelo sistema de ensino e da comunidade escolar perpassam à discussão de temas transversais tais como: agravamentos de problemas históricos estruturais, acirramento dos problemas

específicos do campo da educação, surgimento de problemas emergenciais decorrentes da pandemia e intensificação dos problemas por conta do contexto político do país.

No primeiro caso, todos os problemas que são estruturais no Brasil, tais como as desigualdades sociais, educacionais, raciais e de gênero, bem como de classe, acentuaram-se e vieram à tona de forma mais contundente com a pandemia. No segundo caso, em se tratando do campo escolar, acentuaram-se também os problemas de precarização do trabalho docente, o não atendimento ao direito à educação como preconizado na Constituição Federal de 1988, a falta de recursos materiais e acesso à internet, a maior intensificação da participação familiar no processo de ensino-aprendizagem, o não atendimento aos princípios da educação infantil, entre outros.

O terceiro ponto foi a suspensão da aula presencial e sua migração para o online, a implantação do trabalho docente de forma remota, as metodologias e práticas educativas adaptadas a essa modalidade, a diversificação das atividades para alcançar as diferenças sociais e culturais, o uso de diversas formas de comunicação com a comunidade escolar e família por meio de aplicativos e redes sociais, ou seja, a incorporação de outras estratégias para desenvolver o trabalho docente e o processo de ensino aprendizagem. E por fim, o contexto político do país, em âmbito do governo federal, com orientações negacionistas, anti ciência, desinformação e contra medidas protetivas do avanço do Coronavírus dificultaram, ainda mais, o processo de compreensão da sociedade em relação à gravidade da situação.

Conclui-se, portanto, que as *lives* buscaram aprofundar temas extremamente importantes e urgentes e informar e formar a comunidade acadêmica bem como a sociedade em geral uma vez o material foi disponibilizada em plataforma aberta. Ademais, os debates empreendidos favorecem análises mais elaboradas do ponto de vista da ciência e também um canal importante de denúncia das mazelas as quais a educação, os professores, os alunos, as famílias e as instituições de ensino enfrentaram e enfrentam cotidianamente e sem respaldo governamental para o enfrentamento da pandemia e seus efeitos na educação e na sociedade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Natália Regina de. A prática da pesquisa em educação no Brasil: uma trajetória em questão. **Revista Educação Pública**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/12/23/a-pratica-da-pesquisa-em-educacao-no-brasil-uma-trajetoria-em-questao>. Acesso em 01 maio 2021.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente a escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. 49ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

\_\_\_\_\_. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. ECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei no 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Lei Federal n.o 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001.

\_\_\_\_\_. **Portaria Normativa Interministerial nº 17**, de 24 de abril de 2007. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2446-port-17-120110&category\\_slug=janeiro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2446-port-17-120110&category_slug=janeiro-2010-pdf&Itemid=30192)>.

Acesso em: 06 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010**. Institucionaliza o Programa Mais Educação. Brasília, DF, 2010

FERRARO, A. R. 2005. A ANPEd, a pós-graduação, a pesquisa e a veiculação da produção intelectual na área de educação. In **Revista Brasileira de Educação**, nº 30, set/out/nov/dez. Rio de Janeiro/Campinas: ANPEd/ Autores Associados, 2005, pp. 47-69.

IPEA – **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**; IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. Nota Técnica. Nº 88. Disoc. Brasília: Ipea; IBGE, Agosto,

LIBANEO, José Carlos. **Didática**, Cortês, 1994,

OLIVEIRA, Bruna Calzavara de. RODRIGUES, Fabiana de Cássia. A história da ANPED por meio de seus boletins na luta pela educação pública, de 1978 a 1988. In: **Revista dos Trabalhos de Iniciação Científica da UNICAMP**, Campinas, SP, n.27, out. 2019

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. **Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto: seus problemas acabaram? .2021**